



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2019
------	------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR DANIEL VIANA JÚNIOR
-------------	-----------------------------------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
--------------------	-----------

MODALIDADE:	SEMPRESENCIAL
-------------	---------------

UNIDADE CORRECIONADA	VARA DO TRABALHO DE PALMEIRAS DE GOIÁS E POSTO AVANÇADO DE PIRES DO RIO
----------------------	---

DATA DE INSTALAÇÃO DA VARA DO TRABALHO DE PALMEIRAS DE GOIÁS:	08/05/2018
---	------------

DATA DE INSTALAÇÃO DO VARA DO TRABALHO DE PIRES DO RIO:	18/01/2013 (Convertida em Posto Avançado em 08/05/2018 – RA 83/2017)
---	---

JUIZ TITULAR:	CLEIDIMAR CASTRO DE ALMEIDA
---------------	-----------------------------

TITULAR DESDE:	18/01/2013
----------------	------------

DATA DE INSTALAÇÃO PJE:	18/01/2013
-------------------------	------------

PERÍODO CORRECIONADO:	01/11/2018 a 31/10/2019
-----------------------	-------------------------

EQUIPE CORRECIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Alisson Moura Luduvíce	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Kátia Maria Salgado do Nascimento	Assistente
Luana Carvalho Arantes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente
Rodrigo Ribeiro de Camargo	Assistente

1 –DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*		PIRES DO RIO		PALMEIRAS + PIRES DO RIO	
Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2016	2017	2018	2019**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	589	531	1.156	865
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	606	514	802	1.061
3	Produção	103%	97%	69%	123%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	535	595	653	995
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	98	118	458	271
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	345	277	746	610
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	27%	22%	16%	16%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	13%	18%	36%	20%
9	Execuções iniciadas	130	128	163	109
10	Execuções encerradas	101	131	112	66
11	Execuções baixadas	86	124	104	62
12	Execuções pendentes de encerramento	117	104	120	152
13	Execuções pendentes de baixa	159	169	182	236
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	46	64	69	84
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	73%	73%	67%	71%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	58%	55%	62%	78%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	39%	41%	41%	42%
18	Índice de conciliação da unidade	51%	54%	56%	48%

* Dados extraídos do sistema e-Gestão.

** Dados do exercício 2019 referem-se aos meses de janeiro a outubro.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	CLEIDIMAR CASTRO DE ALMEIDA
---------------------	------------------------------------

2.2 – Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(iza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade***2.3.1 – Dias da semana em que são realizadas audiências na Vara do Trabalho**

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X		

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria (depende da pauta porque o juiz também faz audiências no Posto Avançado de Pires do Rio).

2.3.2 – Dias da semana em que são realizadas audiências no Posto Avançado

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X		

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria (as audiências são realizadas de 15 em 15 dias ou em 02 (duas) semanas seguidas em cada mês).

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	3
--	---

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
	-	-

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X

2.4.4 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média Mensal (Palmeiras + Pires do Rio)
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	36
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	24

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 – Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	

2.5 – Despachos	Vara	Posto
Média mensal de despachos exarados	250	220
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	2	18
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	0	0

* Dado apurado em 18/11/2019

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correccionado	24
---	----

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 – Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-

2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento (Vara + Posto)

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	29	0
Sentença na fase executória	2	0
Embargos de declaração	0	0

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data da Conclusão	Atraso em Dias	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE***3.1 – Entrega da prestação jurisdicional**

Rito	Prazo médio		
	Na última visita correcional**		No período correccionado
	PIRES DO RIO (09/2017 A 04/2018)	PALMEIRAS DE GOIÁS (05/2018 A 08/2018)	PALMEIRAS DE GOIÁS
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	62	35	71
Ordinário	133	48	125

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio		
	Na última visita correcional**		No período correccionado
	PIRES DO RIO (09/2017 A 04/2018)	PALMEIRAS DE GOIÁS (05/2018 A 08/2018)	PALMEIRAS DE GOIÁS
Sumaríssimo	9	10	18
Ordinário	18	20	31

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**		No período correccionado
	PIRES DO RIO	PALMEIRAS DE GOIÁS	PALMEIRAS DE GOIÁS
	4	0	3

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**		No período correccionado	
	PIRES DO RIO	PALMEIRAS DE GOIÁS	PIRES DO RIO	PALMEIRAS DE GOIÁS
	2	1	1	2

3.5 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**		No período correccionado	
	PIRES DO RIO	PALMEIRAS DE GOIÁS	PIRES DO RIO	PALMEIRAS DE GOIÁS
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2	1	1	2
Atualização de cálculos	1	0	2	1
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	5	5	5	6

3.6 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Rito	Prazo médio		
	Na última visita correcional **		No período correccionado
	PIRES DO RIO (09/2017 A 04/2018)	PALMEIRAS DE GOIÁS (05/2018 A 08/2018)	PALMEIRAS DE GOIÁS
Sumaríssimo	50	33	30
Ordinário	58	35	41

* Dados fornecidos pelo sistema e-Gestão.

* A última visita correcional foi realizada nos dias 02 e 03 de outubro de 2018 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 01/09/2017 e 31/08/2018.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**4.1 – Estrutura da Secretaria****4.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
Adelvair Alves da Costa	Diretor de Secretaria	Efetivo
Ana Carolina Woronkof da Mata Gomes	Assistente II	Efetiva
Lucas Gabriel Fonseca	Secretário de Audiências	Efetivo
Jussara Balta Ferreira	Assistente de Juiz	Efetiva
Danyllo Dayan Rodrigues de Moraes	Assistente de Diretor	Cedido Municipal
Jonaika Martins Felix de Sousa	Oficial de Justiça	Efetiva
Mariana Rodrigues Lemes		Efetiva
Cláudio Cardoso Peixoto		Estagiário
Marco Antônio Marques de Matos	Diretor de Secretaria	Efetivo
Ludimila da Costa		Efetivo
Flávio de Jesus Loiola	Oficial de Justiça	Efetivo
Silvana Reis de M. Ribeiro	Secretária de Audiência	Cedida Municipal
Keila Rodrigues da Silva	-	Estagiária

4.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade	
	VT Palmeiras	Posto de Pires do Rio
Computadores	10	10
Notebooks	0	2
Impressoras	2	3
Multifuncionais	2	1
Fax	0	0
Digitalizadora	0	1
Leitores óticos	0	0

4.1.3 – Gestão ambiental (Posto de Pires do Rio)

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	x
Consumo racional de energia elétrica	x
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	x
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	x
Aproveitamento de papel usado como rascunho	x
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	x
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	-
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	x

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

5.1 – VARA DO TRABALHO DE PALMEIRAS DE GOIÁS

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução encerrada, arquivamento provisório e arquivamento definitivo, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe, conforme constatado nas correições permanentes (via SISDOC) realizadas no período correccionado?	X		
3	A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe, conforme disposto na Resolução CSJT nº 185/2017?	X		
4	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe e a petição inicial (Resolução CSJT nº 185/2017)?		X	
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?	x		
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (<i>check list</i>), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	x		
7	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)?		x	

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	x		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	x		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.		x	
11	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?	-	-	
12	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.			As audiências iniciais estão sendo designadas para janeiro/20 em ambos os ritos. As audiências de instrução estão sendo marcadas para janeiro/20 no rito sumaríssimo e fevereiro/20 no ordinário.
13	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		x	
15	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	x		Parcialmente.
16	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	x		
17	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	x		
18	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	x		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
19	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	x		
20	A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 5º do artigo 177 do PGC).	x		
21	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 6º do PGC?	x		
22	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	x		
23	A Unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do artigo 154 do PGC?	x		
24	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?	x		
25	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, previstos na Recomendação TRT 18ª SCR nº 01/2018 antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A, CLT) ?	x		
26	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	x		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
27	O Juízo procede à inclusão do SÓCIO no polo passivo da execução APÓS a decisão final do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica (artigo 855-A da CLT e artigos 133 a 137 do CPC) ?	x		
28	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	x		
29	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	-	-	
30	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	-	-	
31	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)	x		- JUSSARA BALTA FERREIRA - PORTARIA 01/2015 - VT DE PIRES DO RIO - GO; PA-12416/2015; e - MARIANA RODRIGUES LEMES ALVES - PORTARIA TRT 18ª SGPE Nº 2985/2018 - PA-18813/2018.
32	A Unidade procede, quando necessário, à alimentação do Sistema NUGEP, visando dar cumprimento às alterações promovidas pela Lei nº 13.015/2014 e pela Resolução nº 160 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos Memorando-Circular TRT 18ª GP/SRR/NURER nº 006/2015.	x		
33	O Juiz, sempre que possível, profere sentenças condenatórias líquidas, conforme disposto no artigo 1º da Recomendação 04/2018 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho?		x	

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

5.2 – POSTO AVANÇADO DE PIRES DO RIO

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução encerrada, arquivamento provisório e arquivamento definitivo, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	x		
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe, conforme constatado nas correções permanentes (via SISDOC) realizadas no período correccionado?	x		
3	A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe, conforme disposto na Resolução CSJT nº 185/2017?	x		
4	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe e a petição inicial (Resolução CSJT nº 185/2017)?		x	
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?	x		
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (<i>check list</i>), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	x		
7	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)?	x		
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	x		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	x		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.	-	-	
11	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?	-	-	
12	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.			As audiências iniciais e de instrução estão sendo designadas para dezembro/19 em ambos os ritos.

13	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		x	
15	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	x		Parcialmente.
16	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	x		
17	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	x		
18	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	x		
19	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	x		
20	A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 5º do artigo 177 do PGC).	x		
21	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 6º do PGC?	x		
22	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	x		
23	A Unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do artigo 154 do PGC?	x		
24	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?	x		

25	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, previstos na Recomendação TRT 18ª SCR nº 01/2018 antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A, CLT) ?		x	
26	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	x		
27	O Juízo procede à inclusão do SÓCIO no polo passivo da execução APÓS a decisão final do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (artigo 855-A da CLT e artigos 133 a 137 do CPC) ?	x		
28	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	x		
29	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	-	-	
30	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	-	-	
31	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)	x		
32	A Unidade procede, quando necessário, à alimentação do Sistema NUGEP, visando dar cumprimento às alterações promovidas pela Lei nº 13.015/2014 e pela Resolução nº 160 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos Memorando-Circular TRT 18ª GP/SRR/NURER nº 006/2015.	x		
33	O Juiz, sempre que possível, profere sentenças condenatórias líquidas, conforme disposto no artigo 1º da Recomendação 04/2018 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho?		x	

6 – CONVÊNIOS

6.1 – VARA DO TRABALHO DE PALMEIRAS DE GOIÁS

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD/SABB	X		
RENAJUD/DETRANET	X		
INFOJUD	X		
CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE-CNIB	X		
CONECTIVIDADE/CEF	X		
CONVÊNIO DE ACESSO AOS SALDOS E EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAIS NA CEF	X		
CCS-CADASTRO DE CLIENTES DE SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	X		

6.2 – POSTO AVANÇADO DE PIRES DO RIO

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD/SABB		X	
RENAJUD/DETRANET		X	
INFOJUD		X	
CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE-CNIB	X		
CONECTIVIDADE/CEF	X		
CONVÊNIO DE ACESSO AOS SALDOS E EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAIS NA CEF	X		
CCS-CADASTRO DE CLIENTES DE SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	X		

6.3 – Utilização do sistema BACENJUD*

Comparação entre Varas do Trabalho do TRT18ª Região	SISTEMA BACENJUD 2.0 Quantidade de bloqueios comandados no período corrigido: Dezembro de 2018 a Outubro de 2019	
Grupo de 751 a 1000 processos	Por número de protocolizações	Por número de réus/ executados
PALMEIRAS DE GOIÁS	121	195
Grupo até 751 processos	Por número de protocolizações	Por número de réus/ executados
VT DE POSSE	27416	51355

* Dados extraídos do sistema BACENJUD 2.0/relatórios gerenciais, em 19/11/2019.

7 – Constatações decorrentes da inspeção processual**7.1 – Constatações Vara do Trabalho de Palmeiras de Goiás**

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: ATOrd-0010162-04.2018.5.18.0291; ATSum-0010408-97.2018.5.18.0291; ATSum-0010089-32.2018.5.18.0291; ATSum-0010401-08.2018.5.18.0291 e ATSum-0010057-27.2018.5.18.0291).
2	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho lança no sistema PJe os valores decorrentes da execução, relativos a crédito trabalhista, recolhimentos previdenciários, custas e/ou outros efetivados nos autos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATOrd-0010162-04.2018.5.18.0291; ATSum-0010408-97.2018.5.18.0291; ATSum-0010089-32.2018.5.18.0291; ATSum-0010700-37.2018.5.18.0015; ATSum-0010401-08.2018.5.18.0291; ATSum-0010057-27.2018.5.18.0291 e ATSum-0010058-12.2018.5.18.0291).
3	Não foram encontrados processos na Vara do Trabalho, que constate a existência de saldo em depósitos judiciais vinculados aos processos ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE a partir de 15/02/2019, conforme procedimentos editados nos artigos 1º e 2º do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 01/2019, cientificado e orientado às VT's da 18ª Região, por meio do Ofício Circular nº 010/2019/TRT18-SCR.
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho CUMPRE PARCIALMENTE disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC, todavia não traz a advertência expressa de que o descumprimento da referida obrigação, sujeitará o infrator à pena de multa e demais sanções administrativas (processos: ATSum 0010740-64.2018.5.18.0291; ATSum-0010508-18.2019.5.18.0291; ATSum-0010509-03.2019.5.18.0291; ATSum-0010066-52.2019.5.18.0291; ATSum-0010504-78.2019.5.18.0291 e ATSum-0010164-37.2019.5.18.0291).
5	Nos processos a seguir relacionados, COM SENTENÇAS proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no PJe o movimento de trânsito em julgado, conforme disposto no artigo 97 do PGC (processos: ATSum-0010508-18.2019.5.18.0291; ATSum-0010509-03.2019.5.18.0291; ATSum-0010504-78.2019.5.18.0291; ATSum-0010164-37.2019.5.18.0291 e ATSum-0010517-14.2018.5.18.0291).
6	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que, na Vara do Trabalho, são proferidas sentenças NÃO líquidas (processos: ATOrd-0010084-10.2018.5.18.0291; ATSum 0010740-64.2018.5.18.0291; ATSum-0010508-18.2019.5.18.0291; ATSum-0010509-03.2019.5.18.0291; ATSum-0010066-52.2019.5.18.0291; ATSum-0010504-78.2019.5.18.0291; ATSum-0010164-37.2019.5.18.0291 e ATSum-0010517-14.2018.5.18.0291).
7	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, NÃO são cumpridas as disposições do artigo 81 do PGC nas atas/decisões homologatórias, porquanto não contém as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do art. 177 do mesmo diploma normativo (processos: HTE-0010735-08.2019.5.18.0291; ATSum-0010579-20.2019.5.18.0291 e ATOrd-0010283-95.2019.5.18.0291).
8	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0010312-48.2019.5.18.0291; ATSum-0010436-31.2019.5.18.0291; ATOrd-0010985-75.2018.5.18.0291; ATOrd-0010405-11.2019.5.18.0291; ATSum-0010710-92.2019.5.18.0291; ATSum-0010098-33.2019.5.18.0008; HTE-0010735-08.2019.5.18.0291; ATSum-0010579-20.2019.5.18.0291 e ATOrd-0010283-95.2019.5.18.0291).
9	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados (processos: ATSum-0010312-48.2019.5.18.0291; ATSum-0010436-31.2019.5.18.0291; ATOrd-0010985-75.2018.5.18.0291; ATOrd-0010405-11.2019.5.18.0291; ATSum-0010710-92.2019.5.18.0291; ATSum-0010098-33.2019.5.18.0008; HTE-0010735-08.2019.5.18.0291; ATSum-0010579-20.2019.5.18.0291 e ATOrd-0010283-95.2019.5.18.0291).
10	Analisado o relatório gerado pelo sistema SAOPJE, em 18/11/2019, constatou-se que não há número considerável de processos parados nas tarefas do sistema PJe que caracterize atraso na movimentação processual da unidade.

Item	Constatações
11	Analisados os dados do sistema PJe, no que pertine à Vara do Trabalho de Palmeiras de Goiás, constatou-se a inexistência de processos remetidos ao arquivo provisório por motivo de omissão do exequente em indicar diretrizes para o prosseguimento da execução, após exaurimento das iniciativas de ofício do Juízo. Tal fato é explicado pela recente instalação da Vara (maio/2018 – RA 83/2017), o que se reflete nas execuções. Sendo assim, restou PREJUDICADA a análise do procedimento adotado pela Vara quando da remessa dos autos ao arquivo provisório em razão da omissão do exequente.
12	Não foram encontrados processos no período correicional para verificação dos procedimentos previstos no PGC, artigos 181 a 188.
13	Não foram encontrados, no sistema PJe, processos suficientes para a verificação quanto à adequação dos procedimentos da unidade ao disposto no Provimento Geral Consolidado, no que tange às execuções previdenciárias.
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento referente ao início da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum-0010252-12.2018.5.18.0291; ATSum-0010700-37.2018.5.18.0015; ATSum-0010478-17.2018.5.18.0291; ATSum-0010401-08.2018.5.18.0291 e ATSum-0010697-30.2018.5.18.0291).
15	Analisados os dados do sistema PJe, no que pertine à Vara do Trabalho de Palmeiras de Goiás, constatou-se a inexistência de processos remetidos ao arquivo provisório por motivo de omissão do exequente em indicar diretrizes para o prosseguimento da execução, após exaurimento das iniciativas de ofício do Juízo. Tal fato é explicado pela recente instalação da Vara (maio/2018 – RA 83/2017), o que se reflete nas execuções. Em razão disso, restou PREJUDICADA a análise do cumprimento da Recomendação TRT 18ª SCR 1/2018, antes do arquivamento provisório dos autos.
16	Não foram encontrados, no sistema PJe, processos suficientes para a verificação quanto à adequação do procedimento da unidade ao disposto no Provimento Geral Consolidado, no que tange à liberação do depósito recursal ao exequente (artigo 195).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que as partes são intimadas para manifestação acerca dos cálculos, cumprindo o disposto no artigo 879, § 2º, da CLT (processos: ATSum-0010252-12.2018.5.18.0291; ATSum-0010700-37.2018.5.18.0015; ATSum-0010478-17.2018.5.18.0291; ATSum-0010401-08.2018.5.18.0291 e ATSum-0010697-30.2018.5.18.0291).
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho INICIA a execução de ofício (processos: ATSum-0010252-12.2018.5.18.0291; ATSum-0010700-37.2018.5.18.0015; ATSum-0010478-17.2018.5.18.0291; ATSum-0010401-08.2018.5.18.0291 e ATSum-0010697-30.2018.5.18.0291).
19	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO intima o Ministério Público do Trabalho (MPT) das audiências iniciais designadas e/ou das sentenças proferidas/dos acordos homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, descumprindo assim o disposto no artigo 346 do PGC (processos: 0010486-57.2019.5.18.0291; 0010410-33.2019.5.18.0291 e 0010898-85.2019.5.18.0291).
20	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo assim o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0010604-33.2019.5.18.0291; RTOOrd-0010017-45.2018.5.18.0291; ATOOrd-0010104-98.2018.5.18.0291; RTOOrd-0010212-30.2018.5.18.0291 e RTOOrd-0010252-12.2018.5.18.0291).
21	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum-0010604-33.2019.5.18.0291; RTOOrd-0010757-03.2018.5.18.0291; RTOOrd-0010017-45.2018.5.18.0291; ATOOrd-0010104-98.2018.5.18.0291; RTOOrd-0010073-78.2018.5.18.0291; RTOOrd-0010212-30.2018.5.18.0291 e RTOOrd-0010252-12.2018.5.18.0291).

Item	Constatações
22	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ATSum-0010604-33.2019.5.18.0291; RTOrd-0010757-03.2018.5.18.0291; RTOrd-0010017-45.2018.5.18.0291; ATOrd-0010104-98.2018.5.18.0291; RTSum-0010073-78.2018.5.18.0291; RTOrd-0010212-30.2018.5.18.0291 e RTSum-0010252-12.2018.5.18.0291).
23	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho usa certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença e os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: ATSum-0010604-33.2019.5.18.0291; RTOrd-0010757-03.2018.5.18.0291; RTOrd-0010017-45.2018.5.18.0291; ATOrd-0010104-98.2018.5.18.0291; RTSum-0010073-78.2018.5.18.0291; RTOrd-0010212-30.2018.5.18.0291 e RTSum-0010252-12.2018.5.18.0291).
24	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo o recebimento dos recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ATOrd-0010155-77.2015.5.18.0271 e ATOrd-0010300-02.2016.5.18.0271).
25	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATOrd-0010155-77.2015.5.18.0271 e ATOrd-0010300-02.2016.5.18.0271).
26	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho faz certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença e os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo assim o disposto no artigo 128 do PGC (processos: ATOrd-0010155-77.2015.5.18.0271 e ATOrd-0010300-02.2016.5.18.0271).
27	Verificando o relatório constante do sistema SAOPJE, no que pertine à Vara do Trabalho de Palmeiras de Goiás, tendo como parâmetro os últimos 100 dias, constatou-se que a unidade LANÇA no sistema informatizado a movimentação processual referente à devolução da carta precatória ao Juízo deprecante, não resultando, assim, em pendência no sistema e-Gestão.
28	Nos processos a seguir relacionados, com INSTRUÇÃO ENCERRADA, NÃO constatou-se a demora injustificada na remessa dos autos CONCLUSOS para a prolação da sentença, cumprindo o disposto no artigo 228 do CPC, aplicado subsidiariamente (processos: ATOrd-0010145-65.2018.5.18.0291; ATSum-0010508-18.2019.5.18.0291; ATSum-0010236-24.2019.5.18.0291; ATSum-0010235-39.2019.5.18.0291; ATSum-0010214-97.2018.5.18.0291; ATSum-0010215-82.2018.5.18.0291; ATSum-0010246-05.2018.5.18.0291; ATSum-0010509-03.2019.5.18.0291; ATSum-0010066-52.2019.5.18.0291 e ATSum-0010705-07.2018.5.18.0291).
29	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 01/07/2019 e 31/10/2019, constatou-se que: (1º) o atraso médio para o início das audiências é de 26 (vinte e seis) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 12 (doze) processos.
30	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 01/07/2019 e 31/10/2019, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a quarta-feira.
31	Não foram encontrados, no sistema e-Gestão, processos para a apuração do prazo médio de julgamento de incidentes na fase de execução.

7– Constações decorrentes da inspeção processual**7.2 – Constações Posto Avançado de Pires do Rio**

Item	Constaões
1	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que o Posto utiliza Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: ATSum-0010195-91.2018.5.18.0291; ATSum-0010337-95.2018.5.18.0291; ATOrd-0010182-55.2018.5.18.0271; ATSum-0010531-95.2018.5.18.0291; ATOrd-0010160-94.2018.5.18.0271; ATOrd-0010387-21.2017.5.18.0271; ATOrd-0010106-65.2017.5.18.0271; ATSum-0010589-98.2018.5.18.0291; ATOrd-0010069-72.2016.5.18.0271 e ATOrd-0010402-24.2016.5.18.0271).
2	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que o Posto lança no sistema PJe os valores decorrentes da execução, relativos a crédito trabalhista, recolhimentos previdenciários, custas e/ou outros efetivados nos autos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0010195-91.2018.5.18.0291; ATSum-0010337-95.2018.5.18.0291; ATOrd-0010182-55.2018.5.18.0271; ATSum-0010531-95.2018.5.18.0291; ATOrd-0010387-21.2017.5.18.0271; ATOrd-0010106-65.2017.5.18.0271; ATSum-0010589-98.2018.5.18.0291; ATOrd-0010069-72.2016.5.18.0271 e ATOrd-0010402-24.2016.5.18.0271).
3	Não foram encontrados processos no Posto, que conste a existência de saldo em depósitos judiciais vinculados aos processos ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE a partir de 15/02/2019, conforme procedimentos editados nos artigos 1º e 2º do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 01/2019, cientificado e orientado às VT's da 18ª Região, por meio do Ofício Circular nº 010/2019/TRT18-SCR.
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho CUMPRE PARCIALMENTE o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC, todavia não traz a advertência expressa de que o descumprimento da referida obrigação, sujeitará o infrator à pena de multa e demais sanções administrativas (processos: ATOrd-0010335-91.2019.5.18.0291; ATSum-0010262-22.2019.5.18.0291; ATSum-0010396-49.2019.5.18.0291; ATOrd-0010376-58.2019.5.18.0291; ATOrd-0010298-98.2018.5.18.0291; ATOrd-0010561-30.2017.5.18.0271 e ATOrd-0010563-97.2017.5.18.0271).
5	Nos processos a seguir relacionados, COM SENTENÇAS proferidas, constatou-se que a Secretaria certifica o de trânsito em julgado da sentença, conforme disposto no artigo 97 do PGC (processos: ATOrd-0010335-91.2019.5.18.0291; ATSum-0010262-22.2019.5.18.0291; ATSum-0010396-49.2019.5.18.0291 e ATOrd-0010376-58.2019.5.18.0291).
6	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que, na Vara do Trabalho, são proferidas sentenças NÃO líquidas (processos: ATOrd-0010330-69.2019.5.18.0291; ATOrd-0010335-91.2019.5.18.0291; ATSum-0010262-22.2019.5.18.0291; ATSum-0010396-49.2019.5.18.0291; ATOrd-0010376-58.2019.5.18.0291; ATOrd-0010298-98.2018.5.18.0291; ATOrd-0010561-30.2017.5.18.0271 e ATOrd-0010563-97.2017.5.18.0271).
7	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara expede os ofícios determinados na sentença após o trânsito em julgado (processos: ATOrd-0010335-91.2019.5.18.0291; ATSum-0010262-22.2019.5.18.0291; ATSum-0010396-49.2019.5.18.0291 e ATOrd-0010376-58.2019.5.18.0291).
8	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pelo Posto, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, porquanto as atas homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do art. 177 do mesmo diploma normativo (processos: ATSum-0010477-95.2019.5.18.0291; HTE-0010739-45.2019.5.18.0291; ATOrd-0010652-26.2018.5.18.0291 e HoTrEx-0010616-81.2018.5.18.0291).
9	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria do Posto lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum 0010341-98.2019.5.18.0291; ATOrd-0010362-74.2019.5.18.0291; ATOrd-0010721-24.2019.5.18.0291; ATOrd-0010475-28.2019.5.18.0291; ATOrd-0010677-05.2019.5.18.0291; HTE-0010739-45.2019.5.18.0291; ATOrd-0010652-26.2018.5.18.0291 e HoTrEx-0010616-81.2018.5.18.0291).
10	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados (processos: ATSum 0010341-98.2019.5.18.0291; ATOrd-0010362-74.2019.5.18.0291; ATOrd-0010721-24.2019.5.18.0291; ATOrd-0010475-28.2019.5.18.0291; ATOrd-0010677-05.2019.5.18.0291; ATSum-0010477-95.2019.5.18.0291 e ATOrd-0010652-26.2018.5.18.0291).

11	Analisado o relatório gerado pelo sistema SAOPJE, em 19/11/2019, constatou-se que não há número considerável de processos parados nas tarefas do sistema PJe que caracterize atraso na movimentação processual da unidade.
12	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao ARQUIVO PROVISÓRIO, constatou-se que a Vara do Trabalho, mediante decisão judicial, aplica a prescrição intercorrente ante a omissão do exequente em indicar meios para o prosseguimento da execução, nos termos do artigo 11-A, § 1º, da CLT (processos: ATSum-0010075-11.2018.5.18.0271; ATSum-0010069-04.2018.5.18.0271; ATSum-0010086-40.2018.5.18.0271; ATSum-0010067-34.2018.5.18.0271 e ATSum-0010195-54.2018.5.18.0271).
13	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao ARQUIVO PROVISÓRIO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento "ARQUIVADOS OS AUTOS PROVISORIAMENTE" para controle do prazo da prescrição intercorrente (processos: ATSum-0010075-11.2018.5.18.0271; ATSum-0010069-04.2018.5.18.0271; ATSum-0010086-40.2018.5.18.0271; ATSum-0010067-34.2018.5.18.0271 e ATSum-0010195-54.2018.5.18.0271).
14	Não foram encontrados processos no período correcional para a verificação dos procedimentos previstos no PGC, artigos 181 a 188.
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria do Posto expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o disposto no parágrafo 6º do artigo 177 do PGC (processos: ATOrd-0010275-52.2017.5.18.0271; ATSum-0010303-20.2017.5.18.0271; ATOrd-0010100-58.2017.5.18.0271 e ATSum-0010192-39.2018.5.18.0291).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria do Posto lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATOrd-0010275-52.2017.5.18.0271; ATSum-0010303-20.2017.5.18.0271; ATOrd-0010100-58.2017.5.18.0271 e ATSum-0010192-39.2018.5.18.0291).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que o Posto observa o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC, de intimar o reclamado, após o recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, a comprovar o envio da respectiva GFIP, no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício previsto no parágrafo 6º do referido artigo (processos: ATOrd-0010275-52.2017.5.18.0271; ATSum-0010303-20.2017.5.18.0271; ATOrd-0010160-94.2018.5.18.0271; ATOrd-0010100-58.2017.5.18.0271 e ATSum-0010192-39.2018.5.18.0291).
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe os movimentos referentes ao início e fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum-0010645-34.2018.5.18.0291; ATOrd-0010449-61.2017.5.18.0271; ATSum-0010337-95.2018.5.18.0291; ATSum-0010531-95.2018.5.18.0291 e ATOrd-0010182-55.2018.5.18.0271).
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e CNIB. Constatou-se, ainda que a unidade NÃO UTILIZA outros meios de se encontrar bens do executado antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A da CLT), como, por exemplo, expedição de mandado de penhora e avaliação, CUMPRINDO EM PARTE, portanto, o disposto na Recomendação TRT 18ª SCR 1/2018 (processos: ATSum-0010195-54.2018.5.18.0271; ATSum-0010476-44.2017.5.18.0271 e ATSum-0010538-84.2017.5.18.0271).
20	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho libera o valor do depósito recursal imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: ATOrd-0010231-33.2017.5.18.0271 e ATOrd-0010250-39.2017.5.18.0271).
21	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que as partes são intimadas para manifestação acerca dos cálculos, cumprindo o disposto no artigo 879, § 2º, da CLT (processos: ATSum-0010645-34.2018.5.18.0291; ATOrd-0010449-61.2017.5.18.0271; ATSum-0010337-95.2018.5.18.0291; ATSum-0010531-95.2018.5.18.0291 e ATOrd-0010182-55.2018.5.18.0271).
22	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho não inicia a execução de ofício (processos: ATSum-0010645-34.2018.5.18.0291; ATOrd-0010449-61.2017.5.18.0271; ATSum-0010337-95.2018.5.18.0291; ATSum-0010531-95.2018.5.18.0291 e ATOrd-0010182-55.2018.5.18.0271).
23	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que o Posto Avançado de Pires do Rio intima o Ministério Público do Trabalho (MPT) das audiências iniciais designadas e/ou das sentenças proferidas/dos acordos homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, cumprindo assim o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTSum-0010681-76.2018.5.18.0291; RTAlç-0010612-44.2018.5.18.0291; RTSum-0010419-92.2019.5.18.0291 e RTAlç-0010615-96.2018.5.18.0291).

24	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo assim o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0010059-57.2018.5.18.0271; RTOOrd-0010043-06.2018.5.18.0271; RTOOrd-0010035-66.2018.5.18.0291; RTOOrd-0010160-94.2018.5.18.0271; RTOOrd-0010280-77.2018.5.18.0291; RTOOrd-0010658-33.2018.5.18.0291 e RTOOrd-0010529-28.2018.5.18.0291).
25	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010059-57.2018.5.18.0271; RTOOrd-0010043-06.2018.5.18.0271; RTOOrd-0010035-66.2018.5.18.0291; RTOOrd-0010160-94.2018.5.18.0271; RTOOrd-0010280-77.2018.5.18.0291; RTOOrd-0010658-33.2018.5.18.0291 e RTOOrd-0010529-28.2018.5.18.0291).
26	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTOOrd-0010059-57.2018.5.18.0271; RTOOrd-0010043-06.2018.5.18.0271; RTOOrd-0010035-66.2018.5.18.0291; RTOOrd-0010160-94.2018.5.18.0271; RTOOrd-0010280-77.2018.5.18.0291; RTOOrd-0010658-33.2018.5.18.0291 e RTOOrd-0010529-28.2018.5.18.0291).
27	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho usa certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença e os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOOrd-0010059-57.2018.5.18.0271; RTOOrd-0010043-06.2018.5.18.0271; RTOOrd-0010035-66.2018.5.18.0291; RTOOrd-0010160-94.2018.5.18.0271; RTOOrd-0010280-77.2018.5.18.0291; RTOOrd-0010658-33.2018.5.18.0291 e RTOOrd-0010529-28.2018.5.18.0291).
28	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo o recebimento dos recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTOOrd-0010497-88.2015.5.18.0271; RTOOrd-0010485-40.2016.5.18.0271 e RTOOrd-0010599-76.2016.5.18.0271).
29	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010497-88.2015.5.18.0271; RTOOrd-0010485-40.2016.5.18.0271 e RTOOrd-0010599-76.2016.5.18.0271).
30	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho faz certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença e os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo assim o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOOrd-0010497-88.2015.5.18.0271; RTOOrd-0010485-40.2016.5.18.0271 e RTOOrd-0010599-76.2016.5.18.0271).
31	Verificando o relatório constante do sistema SAOPJE, no que pertine ao Posto Avançado de Pires do Rio, tendo como parâmetro os últimos 100 dias, constatou-se que a unidade LANÇA no sistema informatizado a movimentação processual referente à devolução da carta precatória ao Juízo deprecante, não resultando, assim, em pendência no sistema e-Gestão.
32	Nos processos a seguir relacionados, com INSTRUÇÃO ENCERRADA, NÃO constatou-se a demora injustificada na remessa dos autos CONCLUSOS para a prolação da sentença, cumprindo o disposto no artigo 228 do CPC, aplicado subsidiariamente (processos: ATOrd-0010298-98.2018.5.18.0291; ATOrd-0010563-97.2017.5.18.0271; ATOrd-0010335-91.2019.5.18.0291; ATSum-0010953-70.2018.5.18.0291; ATSum-0010043-09.2019.5.18.0291; ATSum-0010396-49.2019.5.18.0291; ATSum-0010817-73.2018.5.18.0291; ATSum-0010818-58.2018.5.18.0291; ATSum-0010861-92.2018.5.18.0291 e ATSum-0010797-82.2018.5.18.0291).
33	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 01/07/2019 e 31/10/2019, constatou-se que: (1º) o atraso médio para o início das audiências é de 40 (quarenta) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 07 (sete) processos.
34	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 01/07/2019 e 31/10/2019, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a quarta-feira.
35	Não foram encontrados, no sistema e-Gestão, processos para a apuração do prazo médio de julgamento de incidentes na fase de execução.

Goiânia, 27 de novembro de 2019.
[assinado eletronicamente]

MARCELO MARQUES DE MATOS

DIR DE SECRET-CJ-3